



REVISTA MACAMBIRA

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, RURALIDADES E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
Volume 2. Número 2. 2018.

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA CAATINGA: UM ESTUDO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMUNITÁRIA

Daise Oliveira Carneiro

Pedagoga (UNEB), Especialista em Educação do Campo (IF Baiano), Professora da Educação Básica em Conceição do Coité. Atua no Grupo de Pesquisa Bio-Tanato-Educação: Interfaces formativas (Linha de pesquisa- Ensino de Ciências Naturais).

E-mail: daiseeducacaoambiental@gmail.com

Maria Auxiliadora Freitas dos Santos

Bióloga (UEFS), Mestre em Engenharia Civil e Ambiental (UEFS), Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA (UFPE), Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha

E-mail: dorafreitas2004@yahoo.com.br

ARTIGO

Recebido: 19 de novembro de 2018

Aceito: 20 de dezembro de 2018

RESUMO: Este artigo objetiva apresentar uma reflexão acerca da percepção ambiental da caatinga e de integrantes da pesquisa desenvolvida na Associação dos Moradores de Queimada do Cedro, Conceição do Coité - Território de Identidade do sisal (BA). São lugares de fala que expressam percepções atreladas aos sentimentos, enredos e histórias de vida com o território do viver sertanejo e sua relação com a produção agrícola. Contudo, a investigação traçada neste estudo não se encerra no escopo deste trabalho, de modo que novas pesquisas são necessárias sobre o assunto aqui abordado.

Palavras-chave: Educação Ambiental Comunitária. Convivência com o semiárido. Produção agrícola.

ABSTRACT: This article aims to present a reflection about the environmental perception of the caatinga of members of theres earch developed in the Association of Residents of Queimada do Cedro, Conceição do Coité – Identity Territory of sisal (BA). They are places of speech that Express perceptions linked to the feelings, entanglements and life histories with the territory of sertanejo living and its relation with agricultural production. However, theres earch outlined in this study does not fall within the scope of this paper, as further research is needed on the subject matter here.

Keywords: Community Environmental Education. Living with the semi-arid. Agricultural production.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como base analisar falas de sertanejos integrantes de uma associação comunitária, localizada na área rural do município de Conceição do Coité (BA), foco de uma pesquisa-ação desenvolvida no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação do Campo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, *Campus Serrinha* - BA.

A ênfase dada neste estudo se baseia em uma investigação analítica das possíveis relações da percepção ambiental da caatinga com a produção agrícola dos participantes do Plano de Ação, intitulado “Educação Ambiental em espaço não escolar: narrativas e percepções da caatinga”, haja vista que a questão norteadora do estudo visa estudar de que forma a percepção ambiental da caatinga está relacionada com a produção agrícola de sertanejos integrantes da Associação dos Moradores de Queimada do Cedro, Conceição do Coité - BA.

Desse modo, a compreensão de percepção ambiental neste trabalho baseia-se no entendimento dos símbolos e representações oriundas de subjetividades, contexto e histórias de vida que podem ter relação de topofilia, ou não, com um determinado ambiente. Para Tuan (1980, p.107) “a palavra "topofilia" é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão”.

O estudo da percepção ambiental enquanto campo de pesquisa aliada à Educação Ambiental “[...] permite identificar a visão do grupo envolvido no processo de sensibilização em relação ao seu meio ambiente e, a partir desta, proporciona ampliação ou mudança de valores frente às potencialidades e problemas ambientais.” (OLIVEIRA, 2009, p.39).

Embora a origem do estudo da percepção ambiental seja a psicologia com a inserção da temática psicologia ambiental, outras áreas do conhecimento têm recebido influência, vide exemplo a Educação, Geografia e Filosofia. Para Melazo (2005, p.47) “[...] teorias diferentes sobre percepção são encontradas em várias áreas com diferentes enfoques. As sensações é

que nos dão as qualidades, as impressões dos objetos e conseqüentemente os significados e valores atribuídos por nós.” (MELAZO, 2005, p.47).

A percepção ambiental, ainda segundo Melazo (2005), deve ser entendida com o envolvimento de fatores sensoriais e subjetivos; valores culturais e atitudes ambientais, haja vista que é fundamental compreender as inter-relações do homem e o ambiente. Portanto, o cognitivo, a personalidade e o ambiente social e físico influenciam no processo de percepção que interage com o ambiente e os seus indivíduos.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO CAMPO EMPÍRICO DO ESTUDO

O objetivo desta subseção compreende em apresentar uma breve contextualização do campo empírico do estudo.

Sendo assim, a Associação em questão fica localizada na comunidade de Queimada do Cedro (Fig.1), área rural do município de Conceição do Coité - BA, Território de Identidade do Sisal, no semiárido baiano.

Figura 1 - Delimitação espacial da comunidade de Queimada do Cedro - Conceição do Coité - BA.



Fonte: Google Earth.

A paisagem natural do Território de Identidade do Sisal, segundo Cerqueira e Vale (2012), é marcada pela ocupação e uso desordenado do solo para ampliação de pastagens e áreas de cultivos, essas atividades além de provocarem um intenso desmatamento da caatinga também equacionam a perda no potencial agrícola dos solos, elevação da aridez e suscetibilidade ao processo de degradação/desertificação, o que é confirmado através das falas dos integrantes deste estudo.

Diga-se de passagem, portanto, que a base produtiva da comunidade supracitada se baseia pela produção de leite e corte bovino, mas que nos últimos anos obteve uma queda na produção em virtude da estiagem prolongada. Além da criação de bovinos, há também as de caprinos, mas em menor proporção de proprietários que adotam esta produção.

A Mandioca (*Manihotesculenta*), feijão (*Phaseolusvulgaris*) e milho (*Zeamays*), compõem a produção agrícola, todavia, apenas quando a incidência de chuva é maior, pois conforme Evangelista (2011) essas culturas são totalmente dependentes do regime pluviométrico.

Com relação à água, esta é fornecida pela concessionária local, sendo abastecida também por carros pipas em períodos críticos correlatos à estiagem prolongada. Já o resíduo doméstico é recolhido em período quinzenal pelo transporte da limpeza pública do município.

Ainda sobre a questão do resíduo sólido, atualmente a comunidade conta com um ponto de coleta da Associação de Catadores e demais Trabalhadores em Materiais Recicláveis do Território do Sisal (ACTAMARES) do município de Ichu (BA).

No aspecto educacional, a comunidade possui uma única unidade de ensino no qual oferece da Educação Infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental - Anos iniciais. Após completar essa etapa do ensino, na Educação Básica, as crianças da comunidade deslocam-se ao município de Ichu, num trajeto de 10 km ou ao Distrito de Juazeirinho - Conceição do Coité, a 12 km.

Destaca-se, assim, a atuação da escola do campo no sentido de temas relacionados à Educação Ambiental (Fig.2), pois o trabalho pedagógico docente a partir de metodologias do Conhecer, Analisar e Transformar a realidade do Campo, do Programa Despertar, contribui para o fortalecimento da identidade camponesa das crianças e fomenta, nesse sentido, práticas que sustentam a relação da escola com a toponímia da comunidade, como se refere à atividade da figura a seguir, na qual as turmas estão em uma aula prática de Educação Ambiental e a professora mostra a árvore Cedro, símbolo identitário comunitário.

Figura 2 - Atividade de Educação Ambiental desenvolvida na escola da comunidade.



Fonte: CARNEIRO, N. 2017.

Com relação à educação em espaço não escolar, o Pov. Queimada do Cedro, através da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Conceição do Coité, conta com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, serviço essencial na construção de valores identitários e convivência grupal.

As atividades desenvolvidas no SCFV (Fig. 3) estão contribuindo para o fortalecimento da identidade das crianças e dos adolescentes do campo, do sertão e do semiárido baiano, isso reafirma a fala da orientadora social, onde ela deixa claro que “O SCFV é uma ação que visa promover a socialização e convivência familiar e comunitária na vida dos usuários do SUAS de forma significativa” (Informação informal, 2018). Como se pode observar na atividade da figura 2, onde as famílias da comunidade juntamente com as crianças e adolescentes do Serviço assistindo ao documentário “Sertão como se Fala” lançado no dia quatro de outubro de dois mil e dezesseis, no qual tem cenas gravadas em Queimada do Cedro.

Figura 3 - Atividade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV



Fonte: Santiago, H. 2017.

Outro exemplo do símbolo identitário comunitário constata-se no escudo do time de futebol da comunidade, pois segundo a fala do integrante da comissão técnica do time a ideia nasceu a partir da iniciativa de representar a história da comunidade, portanto, “é um pé de cedro aí, onde o verde representa a natureza, o vermelho barauína é para representar as queimadas que teve, vermelho é as queimadas, verde é os cedros” (dado informal, 2018). Além do futebol, o cedro também é representado no slogan do Grupo de Produção de Mulheres da localidade que produzem licor caseiro e temperos.

As manifestações religiosas da comunidade, por sua vez, compreendem predominantemente da Igreja Católica e há, também, um grupo de evangélicos que realizam os cultos quinzenalmente. As manifestações de caráter artístico e cultural se destacam entre os grupos de capoeira de diferentes faixas etárias, futebol e o Grupo de Samba Raízes da Terra, sendo o futebol o esporte predominante.

A CAATINGA: DIÁLOGO, DESAFIOS E POTENCIALIDADES DO SEMIÁRIDO BAIANO

O objetivo desta seção consiste em estabelecer diálogos com pesquisadores que já referenciam essa temática, enfatizando desafios e potencialidades a partir da localidade do estudo, o qual consiste em uma comunidade rural situada no Território de Identidade do Sisal, no Semiárido Baiano.

É importante ressaltar que a caatinga é um bioma endêmico, possui uma vasta vegetação e cactáceos adaptados ao clima semiárido, uma fauna bastante diversa onde se concentram diversas espécies de répteis, insetos, aves e mamíferos. Segundo Nascimento (2015, p.16) cujo bioma “[...] possui características endêmicas surpreendentes, encontrada somente no nordeste brasileiro. Além de sua peculiar coleção faunística e flora nativas a Caatinga é altamente habitada pelo homem [...]”.

É importante ressaltar que embora a degradação ambiental da caatinga não seja uma problemática atual, nota-se uma ênfase maior do desmatamento da Amazônia e na Mata Atlântica, o qual não consiste em uma prática ingênua, não se trata apenas de uma problemática naturalista, existe arcabouço político e ideológico que perpassa por essa questão de estereotipar o bioma supracitado como um ambiente inóspito e sem desenvolvimento, “[...] o qual é considerado, atualmente, como um dos biomas mais devastados no território brasileiro.” (EVANGELISTA, 2011, p. 2).

Portanto, de maneira geral, a questão da degradação ambiental não é um tema novo em discussão, ao longo da história do Brasil podemos constatar segundo Feitosa (2014)

figuras-chave que influenciaram o ambientalismo brasileiro, esses condenavam a escravatura, o esgotamento da fertilidade e degradação dos solos e protestavam contra o desmatamento, a exemplo de José Bonifácio de Andrade e Silva, no século XIX, Joaquim Nabuco em 1883 e o abolicionista André Rebouças.

O processo de degradação ambiental desse bioma deve-se a vários fatores, dentre eles, as “[...] práticas agrícolas inadequadas, o desmatamento, a infertilidade e a compactação do solo; os processos erosivos e a salinização de algumas áreas [...]” (BRASILEIRO, 2009, p.3).

Nesse contexto, a urgência por mudanças perpassa além de um processo educativo formal, sendo que para Feitosa (2014) a educação é um elemento chave na promoção do desenvolvimento local sustentável e “[...] a politização dos valores ambientais se expressa, sobretudo, nos projetos de educação não formal, realizados por grupos ecológicos nas comunidades, vinculados à defesa de seu meio, à apropriação social da natureza e à autogestão de seus recursos de produção [...]” (FEITOSA, 2014, p. 29).

Diante disso, torna-se cada vez mais urgente a necessidade de se incorporar no debate ambiental questões concernentes do bioma caatinga no âmbito do semiárido baiano em virtude de envolver as pessoas desse contexto com as problemáticas e potencialidades a partir dos seus lugares de vivências, sendo importante, nesse sentido, construir práticas de Educação Ambiental para além de uma realidade escolar.

À guisa disso, essa produção escrita parte do princípio de que a Educação Ambiental fomenta práticas e ações dentro e fora dos espaços escolares na perspectiva holística, envolvendo os diversos aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade, para assim compreender os fenômenos referentes à questão ambiental, de modo que “em nosso entendimento, o basilar da Educação Ambiental compreende o diagnóstico dos problemas percebidos e a expressão das soluções visualizadas, considerando o envolvimento tanto subjetivo dos indivíduos quanto das políticas públicas [...]” Ruscheinsky e Costa (2002, p. 84).

Nessa dimensão, é importante situar que a educação vai além dos muros escolares e está presente também nos movimentos sociais, igrejas e demais espaços sociais que compõem a sociedade. Além da educação formal, que é “aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados” (GONH, 2010, p.16), existe também a educação não formal que ocorre nos espaços não escolares e as suas práticas “se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas

associações comunitárias, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais.” (GOHN, 2010, p.36).

No tocante à educação em espaços não escolares, a Educação Ambiental tem a flexibilidade de se trabalhar conceitos, percepções e conhecimentos referentes à questão ambiental sem se limitar ao espaço escolar. Agrega, dessa forma, outros atores sociais, como é o caso dos associados da Associação dos Moradores de Queimada do Cedro, município de Conceição do Coité - BA.

Diante disso, segundo a Lei 9.795/99 que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental em seu Art. 2º diz que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (BRASIL, 1999)”.

Na perspectiva da Educação Ambiental não formal, almeja-se com essa produção escrita discutir a percepção ambiental como a compreensão de conceitos, percepções e sentidos atribuídos pelos sujeitos pesquisados a respeito de conhecimentos da questão ambiental. Diante disso, a Lei 9.795/99 entende a educação não-formal como aquela desenvolvida por meio de ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.” (BRASIL, 1999).

Portanto, existe uma necessidade de haver pesquisas no contexto rural na perspectiva da questão ambiental com ênfase no bioma caatinga, uma vez que este último tem limites estreitamente no território nacional, porém, pouco estudada, além de ser a “região natural brasileira menos protegida, pois as unidades de conservação cobrem menos de 2% do seu território.” (LEAL; TABARELLI; SILVA. 2003, p. 13).

O processo de degradação ambiental afeta os ecossistemas, provocando a desertificação e, por consequência, o êxodo da população dos povos do campo que habitavam esses setores da região, haja vista, existe uma perda da biodiversidade e também dos aspectos inerentes a questões culturais. Desse modo, “[...] a degeneração dos ambientes urbanos e rurais na busca de exploração de espécies e atividades mais valorizadas nos meios econômicos e de produção tendem a promover perdas inestimáveis de qualidade de vida pelas populações.” (GIESTA, 2002, p. 157).

Com isso, pensar em ações da Educação Ambiental em espaços não escolares no contexto rural consiste em analisar o próprio campo como uma possibilidade de se refletir e atuar nessa realidade de maneira crítica e, para isso, também, requer observar o contexto

social e analisar seus possíveis conflitos e potencialidades. Pensando nisso, a percepção do bioma caatinga engloba nessa discussão a perspectiva de compreender os significados atribuídos, transpondo o conceito de caatinga como “mata branca”.

VIDA, PORQUE A CAATINGA DÁ VIDA: O BIOMA CAATINGA NA PERCEPÇÃO DOS SERTANEJOS

Vida, porque a caatinga dá vida [...] Quando a gente entra na caatinga, a gente se sente protegida, a gente sente, fica alegre [...].
(ENTREVISTA DE JUREMA, 2017).

A memória materializada na narrativa acima sinaliza com leveza a caatinga a partir da compreensão da sertaneja que compreende esse bioma além das questões biogeográficas, a sua memória traduz enredos de vida, sentimento de pertencimento e de proteção.

A caatinga, que é um bioma endêmico, possui uma vasta biodiversidade, no entanto, o extrativismo, o desmatamento, a caça predatória, a agricultura e a pecuária feitas de forma inadequada vêm ocasionando alterações ambientais, dentre outras atividades, como a mineração, que causam alterações e interferem na vida das pessoas e ecossistemas.

Portanto, segundo o relato de jurema:

A caatinga é um bioma natural que onde lá se concentra a maioria dos pássaros, dos animais, do até as plantas medicinais até pra sobrevivência da população [...] era onde a pessoa tirava a questão da sobrevivência, da palha pra fazer pindoba pra fazer vassoura que já era um meio pra ganhar dinheiro, tinha também a questão da samambaia pra fazer arte, a lapinha essas coisas e hoje não tem mais. (ENTREVISTA DE JUREMA, 2017).

Assim, Jurema traz à memória elementos que também indicam a extração e retirada dos bens naturais, na perspectiva utilitarista do meio ambiente, exemplo: a extração da palha para fazer pindoba e a arte das lapinhas em períodos natalinos. Contudo, ela entende que para extrair os bens naturais desse bioma é preciso criar uma cultura de reposição desses bens, visando à sustentabilidade. E assim, “[...] com o acesso às tecnologias apropriadas, conviver com as nuances do clima semiárido, de forma digna e equilibrada, compreendendo os limites dos sistemas ambientais, como também as suas potencialidades em prol do desenvolvimento e da sustentabilidade local.” (EVANGELISTA, 2011, p. 11).

Interessante que a memória relacionada da la pinha aparece em mais uma entrevistada quando se perguntou a respeito do conceito da caatinga. Segundo o relato de Aroeira:

[...] até a gente mesmo se sentia assim aquela frescura quando a gente antigamente ia tirar aquelas casquinhas pra fazer lapinha [...] tanta coisa a gente via. E hoje pouca caatinga ainda existe e as que existe é toda limpa por de baixo, você quase nem ver uma caatinga como antigamente [...] ver árvore, mas caatinga fechada como antigamente não. (ENTREVISTA DE AROEIRA, 2017).

As narrativas acima sinalizam bastante uma visão utilitarista da natureza, o qual se coloca a caatinga como um espaço que se retira bens naturais para a sobrevivência e também se extrai matérias primas para produzir, por exemplo, vassouras. Isso denota o desaparecimento de plantas da caatinga, como foi compreendido a partir das falas das entrevistadas.

Outro aspecto que chama atenção é com relação à pecuária feita de forma inadequada na localidade pesquisada, pois áreas de terras foram desmatadas para fazer a cultura de capim com o objetivo de criar o gado que, no entanto, não é favorável para o clima semiárido. Isto fez com que houvesse uma perda da biodiversidade na localidade, pois com o desmatamento “os amimais saiam desse lugar pra tentar sobreviver em outro e também a caça predatória que matava exageradamente tanto preá, bengo, esses animais pouco se ver.” (ENTREVISTA COM JUREMA, 2017).

Segundo Evangelista (2011, p.06) “[...] a problemática do desmatamento da caatinga deve ser analisada por diferentes perspectivas (governamentais, ações da sociedade civil, questões ambientais), como um problema grave a ser gerido no bojo do planejamento territorial”.

No entanto, para Juazeiro a ação de desmatar a caatinga com fins de atividades produtivas (agricultura e pecuária) foi uma necessidade de sobrevivência da população rural, em virtude da pouca oportunidade de emprego na localidade e, com isso, influenciou o processo de ocupação da caatinga na comunidade. Neste sentido, Juazeiro e as demais entrevistadas entendem a caatinga a partir de um olhar de apropriação dos bens naturais, local de vivências e de atividades produtivas, haja vista que nos mapas mentais também apareceram esses aspectos.

Como observa Juazeiro (2017):

[...] derrubando os matos, as caatingas pra ter, fazer roça de plantio, como bem plantar mandioca, milho, feijão [...] se a gente da zona rural não plantar, não tive isso ai, que não tinha outra coisa para a sobrevivência, não tinha um emprego [...] o emprego

que tinha era você pegar derrubar o seu roçado, plantar milho, feijão. E ali para aproveitar a terra limpa plantava o capim, criava a sua ovelha, seu bode, sua vaquinha, né no outro ano tornava a fazer no outro lugar e com isso ia movimentando [...] Então diminuiu a caatinga por causa disso, porque a população foi criando mais e foi abrindo mais espaço para trabalhar. (ENTREVISTA DE JUAZEIRO, 2017).

Na entrevista com Juazeiro, ele relatou também as dificuldades de morar em uma localidade rural onde o acesso a transporte é precário, a falta de oportunidade de emprego e citou a estiagem como uma das principais problemáticas da comunidade e, sem dúvida, é isso que vem provocando o refúgio ambiental da população que não encontra condições ambientais favoráveis e acaba se deslocando para os centros urbanos.

[...] mais quando você não tem transporte pra você sair, pra poder trabalhar e também a seca não anda, há 10 anos para cá não era como era antigamente, a chuva que tinha todo ano que a gente chamava de inverno é sorteado. Você planta e quando dá uma área que dá boa para a plantação e outras não dá você perde a plantação todinha e agora as dificuldades que você enfrenta todo dia, trabalho não tem mais, porque o que tem faz a máquina, só distorce as coisas e aí os desemprego tá aí, as dificuldades das comunidades tá aí a falta de emprego [...]. (ENTREVISTA DE JUAZEIRO, 2017).

Portanto, essa fala revela o processo histórico de descaso com as populações rurais e também mostra a angústia do sertanejo a respeito da estiagem prolongada que interfere na produção agrícola do milho, mandioca e feijão, cultivos que eram predominante na localidade da pesquisa. Nesse contexto, Juazeiro enfatiza que “se você não tiver outro meio de vida para poder negociar, fazer qualquer tipo de negócio para poder pegar o trocadinho, porque pela plantação só quando acontece mesmo e não é todo tempo que dá [...], porque quando dar adoece, dá o piolho e acaba com tudo”.

Sobre o assunto, Evangelista (2009, p.5) afirma:

As culturas temporárias, como milho, feijão e mandioca, ficam prejudicadas, por serem totalmente dependentes do regime pluviométrico, o que também repercute negativamente no bem-estar social da população, uma vez que fica comprometido o abastecimento alimentar nos períodos de seca. Somente o sisal e as forrageiras (palmas, sorgo) são cultivados nesses períodos.

Atualmente, uma outra alternativa de produção agrícola que está prevalecendo no contexto do lócus da pesquisa é o manejo de hortaliças e verduras, e, em relação a isso, destacam-se as intervenções de organizações não governamentais, vide exemplo, o

Movimento das Organizações Comunitárias - MOC, por meio de assistência técnica. Os alimentos produzidos na horta servem de subsistência para a família, segundo Flor de Mandacaru “os canteiros de horta que é pra consumo do dia a dia, o coentro (*Coriandrum sativum*), a cebolinha (*Allium schoenoprasum*), a couve (*Brassica oleracea* var. *sabellica*). Nesse sentido, para Rodriguez e Silva (2016) o ambiente é ao mesmo tempo o seu espaço para a produção agrária e o lugar onde moram e consomem essa produção.

Conforme Aroeira (2017):

Primeiro pra horta do coentro, do alface a gente fez os canteiros a gente foi esclarecido devido ao técnico do MOC, a gente teve a assistência técnica a gente aprendemos. A gente fez o canteiro, forramos com a lona plástica e colocamos adubo só a terra natural de quixabeira então, nisso tá muito bom e a outra a gente tá vindo adubando, o local do tomate mesmo, a gente jogou um pouco de terra de quixabeira e um pouco do adubo do esterco de galinha chamado e aí a gente misturamos e graças a Deus o ano passado deu certo que a gente colhemos muito tomate [...]. (ENTREVISTA DE AROEIRA, 2017).

Diante das questões agrárias da comunidade desta pesquisa, percebeu-se, portanto, que houve uma ressignificação dos modos de produção agrícola, as culturas de milho, feijão e mandioca deram lugar aos pastos de capim para criação do gado que com o pisoteio desses animais acabou ocasionando a compactação do solo.

Com as entrevistas percebeu-se uma preocupação com relação à segurança alimentar e nutricional priorizando o manejo de alimentos saudáveis, uma vez que a produção de hortaliças se tornou cada vez mais comum na comunidade da pesquisa. Portanto, para Flor de Mandacaru “quando eu faço as minhas hortas eu deixo um cantinho pra ela dá a semente e essa semente eu recolho, seco e volto plantando novamente. De coentro, alface, eu deixo pra poder daquela mesma semente eu plantar vai secando, plantando”.

Conforme Aroeira:

Graças a Deus por causa do conhecimento fizemos uma horta e todo ano que chove a gente e enquanto tiver água no nosso barreiro a gente vai plantando pra tentar colher. Como tá agora já estamos colhendo pepino, cabacinha, o quiabo, o tomate já tá perto de colher o pepino verde de salada, a melancia, coentro. Então várias coisas a gente tá tentando pra não consumir a aquele tanto de agrotóxicos. Então a gente faz o que pode pra evitar usar esses agrotóxicos. (ENTREVISTA DE AROEIRA, 2017).

Com relação aos problemas ambientais da comunidade, os atores sociais pesquisados pontuaram a problemática do desmatamento, a estiagem prolongada, sendo que as/os

pesquisados (as) deram maior ênfase à estiagem, haja vista que essa questão interferiu na produção agrícola das pessoas da localidade pesquisada. Segundo a fala de Juazeiro, a produção, principalmente, de milho e feijão, ficou comprometida, além disso, ele rememora:

Antes dava de tudo, porque o tempo era certo, você plantava no mês de maio feijão e milho não era problema, tinha vez que 1 litro de feijão dava um saco, vingava, e hoje não, você planta 10 litros de feijão para dar meio litro, né brincadeira não, eu sei que é problema hoje a época que nos tamos a gente não tem técnica que a gente aprenda que der certo, tudo que a gente faz para o plantio mesmo na roça na caatinga como diz a história [...] não tem o tempo certo tudo mudou, ninguém sabe o que foi. (ENTREVISTA COM JUAZEIRO, 2017).

Diante disso, é cada vez mais necessário se falar em convivência com o semiárido em virtude de contribuir para a qualidade de vida das populações do campo, no qual as principais atividades produtivas (agricultura e pecuária) estão relacionadas ao regime pluviométrico que “[...] compromete a produtividade agrícola, por causar a deficiência hídrica dos solos. Esse problema é favorecido pela retirada da vegetação que interfere na capacidade de retenção da água pelo solo” (EVAGELISTA, 2011, p. 5).

Em observância com o pensamento de Flor de Mandacaru:

As pessoas parou de plantar, esse ano mesmo alguns plantou, mas nem nasceu pela falta de água e a lavoura não vai pra frente, a terra fica fraca e acaba não dando frutos e a cada dia vai desanimando a agricultor [...] não sei que motivo o solo faz isso essa mudança, mas tudo vem através da chuva[...] a chuva que produz, é o sangue da terra, se a terra não tá molhada pra semente nascer, produzir ela não vem da fruto. (ENTREVISTA COM FLOR DE MANDACARU, 2017).

Nesse contexto, jurema também trouxe uma memória interessante, do período junino, quando as pessoas da comunidade colhiam o milho, para ela “antes em São João a gente tinha milho à vontade pra comer e hoje se a gente quiser tem que comprar por conta que não ver. Planta, mas não dá, porque quando não é o sol demora de chover e quando chove vem o sol e queima tudo.” (ENTREVISTA COM JUREMA, 2017).

Com relação à questão: você já fez algum curso voltado para as questões agrícolas? Apenas um respondeu que sim, os demais pontuaram as contribuições da assistência técnica do MOC, pois já participaram de palestras e oficinas com relação ao tema, haja vista que todos consideram interessante participar de um curso voltado para as questões agrícolas. Para jurema, com o curso se aprofunda em novas alternativas “porque o que antes era considerado

ótimo, que a gente fazia de alternativa de plantio, de produção, comercialização, armazenamento, hoje mudou tudo por conta das transformações do meio ambiente”.

CONSIDERAÇÕES

A partir do diagnóstico rural participativo realizado, em especial as entrevistas, chegou-se ao entendimento de que existe uma estreita relação da percepção ambiental da caatinga e dos integrantes da pesquisa com a produção agrícola da localidade.

Para o grupo pesquisado, o bioma caatinga (local) encontra-se degradado, com acentuada perda da biodiversidade, dentre os causadores destacam-se o desmatamento de áreas nativas em virtude da agricultura feita de forma inadequada e o plantio de capim para a agropecuária.

Percebeu-se, também, que houve uma resignificação do trabalho no campo, em especial, na localidade da pesquisa, pois a ocupação deixou de ser baseada exclusivamente das atividades agrícolas dando-se espaço para outras formas sociais de trabalho no meio rural, surgindo, assim, no contexto da pesquisa a pluriatividade.

Conforme Schneider (2003) a pluriatividade consiste em uma forma de organização do trabalho, no qual os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar a atividades econômicas e produtivas não necessariamente ligadas à agricultura. Outra questão implicada refere-se ao êxodo rural, fenômeno observado no contexto que esse estudo foi gerido. Esse evento aplica na saída da população do campo em sentido às áreas urbanas em busca de outros modos de trabalho e melhores ofertas de saúde, por exemplo.

Outro elemento está relacionado às mudanças das dinâmicas familiares do contexto rural, pois os cônjuges tinham mais filhos comparando com a atualidade, isto se aplica, na verdade, em virtude de os filhos colaborarem com a produção agrícola da família e, desse modo, não era preciso custear trabalhadores para essa finalidade. Contudo, ao passar dos anos, as famílias foram se tornando cada vez menores, os filhos foram deixando de exercer atividade predominantemente ligada ao espaço rural.

Com as entrevistas percebeu-se uma preocupação com relação à segurança alimentar e nutricional, priorizando o manejo de alimentos saudáveis, uma vez que a produção de hortaliças se tornou cada vez mais comum na comunidade da pesquisa e também constata a angústia do sertanejo com a estiagem prolongada e sua interferência na produção agrícola do milho, mandioca e feijão, cultivos que eram predominante na localidade da pesquisa.

Desse modo, compreender um bioma, em especial o da caatinga, vai além do seu entendimento etimológico, faz-se necessário, portanto, um olhar atento das dinâmicas socioculturais, haja vista que a questão agrícola de uma localidade também se relaciona com a dinamicidade socioambiental de um lugar.

Contudo, o assunto aqui abordado não se encerra no escopo desta produção escrita, haja vista a necessidade de novas investigações do assunto aqui abordado.

REFERÊNCIAS

EVAGELISTA, Antonia dos Reis Salustiano. O PROCESSO DE DESMATAMENTO DO BIOMA CAATINGA: RISCOS E VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO SISAL, BAHIA. Revista Geográfica de América Central. vol. 2, julio-diciembre, 2011, p. 1-13. Disponível em:< www.redalyc.org>. Acessado em: 30 de junho de 2017.

FEITOSA, Antonia Arisdélia F. M. A. Percepções ambientais planetárias, educação ambiental e sua inserção no bioma caatinga. In: ABILIO, Francisco José Pegado; FLORENTINO, Hugo da Silva (org.) Educação ambiental: da pedagogia dialógica a sustentabilidade no semiárido. João Pessoa: Editora da UFPB. 2014.

GIESTA, Nágila Caporlândia. Histórias em Quadrinhos: Recursos da Educação Ambiental formal e informal. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.) Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed. 2002. p. 157-167.

LEAL, Inara R; TABARELLI, José Cardoso; SILVA, José Maria Cardoso (org.) Ecologia e conservação da caatinga. Recife. Ed. Universitária da UFPE. 2003.p. 822.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção Ambiental e Educação Ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. Olhares e Trilhas. v.6.n.1. Jan-dez. p.45-51. 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olhares_e_trilhas>. Acessado em: 08 de agosto de 2017.

NASCIMENTO, Valéria G. Educação Ambiental e sustentabilidade: concepção do bioma caatinga sob o olhar dos professores e de alunos do semiárido Pernambucano. Dissertação de Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. 2015, 175 f.

OLIVEIRA, Laryssa Abílio. Estratégias de Educação Ambiental para promoção do manejo sustentável dos sistemas de captação de água de chuva em comunidades rurais do Cariri-PB. Capina Grande. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba. Dissertação de Mestrado. 2009. Disponível em:<www.pos-graduacao.uepb.edu.br>. Acessado em: 30 de junho de 2017.

RUSCHEINSKY, Aloísio; COSTA, Adriane Lobo. A Educação Ambiental a partir de Paulo Freire. In: RUSCHEINSKY, Aloísio (org.) Educação Ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed. 2002. p.73-89.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS. Vol. 18, nº. 51. p.100-192. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acessado em: 15 de julho de 2018.

TUAN, Yi-fu. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.